



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE - CIMFor

Temas emergentes em Educação: Docência em movimento no contexto atual
10 a 13 de setembro de 2024

A CRIAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA UFFS, *CAMPUS* REALEZA: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Maicon Douglas de Castro Coito¹
Vanessa dos Santos Moura²
Márcio Luis Marangon³

Resumo

O presente trabalho é um relato preliminar de uma pesquisa em desenvolvimento, escrita no formato monográfico como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Administração Pública. O estudo é resultado do processo avaliativo dos componentes curriculares Análise de Conjuntura e Estágio Curricular Supervisionado I e foca na criação e importância do Curso de Administração Pública na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Realeza, analisado a partir do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Capanema. A pesquisa busca compreender como este Acordo influenciou a criação e o fortalecimento do curso, bem como suas metas e projeções futuras. O objetivo geral é analisar o processo de criação do Curso de Administração Pública na UFFS com base no Acordo de Cooperação Técnica, examinando seu impacto social, político e econômico. A pergunta central é: como o Acordo contribuiu para o desenvolvimento do curso e quais são seus efeitos para as entidades envolvidas e para a região? A hipótese inicial sugere que o Acordo foi crucial para a criação do curso e poderá resultar em uma oferta bem-sucedida de outros cursos, ampliando a disponibilidade docente e promovendo o fortalecimento institucional. Os objetivos específicos incluem: 1) Analisar o Acordo à luz das teorias da Administração Pública e de cooperação interinstitucional, incluindo aspectos jurídicos e administrativos; 2) Compreender o papel do Acordo no fortalecimento das capacidades institucionais e na promoção da integração entre as entidades; 3) Avaliar a função atual do Acordo e suas metas; 4) Propor melhorias baseadas na análise. A metodologia empregada será a análise

1 Acadêmico do Curso de Administração Pública. Universidade Federal da Fronteira Sul, maiconcoito@gmail.com

2 Professora. Universidade Federal da Fronteira Sul, vanessamoura@uffs.edu.br

3 Professor. Universidade Federal da Fronteira Sul, marcio.marangon@uffs.edu.br

documental e histórico-hermenêutica, e utilizará artigos científicos e livros relevantes. A justificativa para a pesquisa reside na relevância de avaliar o impacto do Acordo na criação do curso e sua capacidade de atender às demandas educacionais e profissionais da região. A pesquisa contribuirá para a análise de políticas públicas educacionais e suas potencialidades para uma educação mais inclusiva e abrangente, além de elucidar a efetividade do Acordo para o desenvolvimento local e regional. O texto está estruturado em cinco seções: introdução, descrição da estrutura social, metodologia, análise de conjuntura e considerações finais.

Palavras-chave: Acordo de Cooperação Técnica. Análise de Conjuntura. Curso de Administração Pública.

Eixo Temático: Eixo 2 – Formação Social, Educação e Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um breve relato de uma pesquisa que ainda está em desenvolvimento e está sendo escrita no formato monográfico como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Administração Pública na Universidade Federal da Fronteira Sul. O texto que ora se apresenta é fruto do processo avaliativo dos componentes curriculares Análise de Conjuntura e Estágio Curricular Supervisionado I. O tema da pesquisa é o processo de criação - e a importância - do Curso de Administração Pública na Universidade Federal da Fronteira Sul (doravante UFFS), *Campus Realeza*, analisado a partir do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a UFFS e o Instituto Federal do Paraná (doravante IFPR), *Campus Capanema*. A delimitação temática foca na análise do referido Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a UFFS e o IFPR, e seu impacto na criação do Curso de Administração Pública. A pesquisa examinará como esse Acordo influenciou a criação e o fortalecimento do Curso, suas metas e projeções futuras.

O objetivo geral - e pede-se vênia pela tautologia - é analisar o processo de criação do Curso de Administração Pública na UFFS, *Campus Realeza*, com base no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a UFFS e o IFPR, *Campus Capanema*. A pergunta que se pretende responder é a seguinte: como o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a UFFS, *Campus Realeza*, e o IFPR, *Campus Capanema*, contribui para a criação e o desenvolvimento do Curso de Administração Pública, e quais são seus impactos sociais, políticos e econômicos para as entidades envolvidas e para o desenvolvimento local e regional? A hipótese inicial é a de que o Acordo de Cooperação Técnica foi determinante para a constituição do curso de Administração Pública, bem como será capaz de apresentar

uma exitosa oferta de outros cursos, com ampliação da disponibilidade docente e de forma geral estabelecer ações de complementaridade e fortalecimento de ambas as instituições.

Os objetivos específicos da pesquisa são quatro: 1) Analisar o Acordo firmado entre a UFFS e o IFPR à luz das teorias da Administração Pública e das teorias de cooperação interinstitucional, incluindo a avaliação de aspectos jurídicos e administrativos do Acordo, sua adequação aos princípios e práticas recomendadas por tais teorias, e a identificação das implicações para a implementação e gestão do curso de Administração Pública; 2) Compreender o papel do Acordo de Cooperação Técnica e suas contribuições para o fortalecimento das capacidades institucionais e a promoção da integração entre as entidades públicas envolvidas; 3) Compreender a função atual do Acordo e suas reais possibilidades e metas a cumprir; 4) Apresentar projeções de melhorias com base na análise realizada. Para desenvolver a análise desejada, a metodologia deste trabalho envolverá uma abordagem de análise documental e histórico-hermenêutica, fundamentada em uma análise de conjuntura. Seguir-se-á o modelo apresentado e defendido por Souza (2004) em sua obra “Como se faz uma análise de conjuntura”, utilizando-se também artigos científicos e livros que servirão como base para as análises e projeções.

A justificativa para a presente pesquisa reside na importância de avaliar o impacto do Acordo de Cooperação Técnica na criação do Curso de Administração Pública, uma vez que ele representa um esforço estratégico para responder às necessidades educacionais e profissionais emergentes na região do Sudoeste do Paraná - onde estão situadas as duas instituições. Veja-se que o Acordo foi estabelecido com o fito de atender a demandas sociais e institucionais locais e regionais. A pesquisa contribuirá para a análise de políticas públicas educacionais e suas potencialidades para uma educação mais inclusiva e abrangente. O estudo que ora se propõe também visa elucidar a efetividade social, política e econômica do Acordo para as instituições de ensino envolvidas e para o desenvolvimento local e regional (o que atende plenamente àquilo que é traçado como perfil do egresso do Curso). O texto está organizado em cinco seções: esta breve introdução, a descrição da estrutura social, a metodologia, a análise de conjuntura e as considerações finais.

DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

Antes de adentrar na análise de conjuntura, é mister descrever, ainda que brevemente, a estrutura social da região. O Sudoeste do Paraná teve sua colonização oficial atrelada a uma constante presença militar, o que se explica pelo fato de se tratar de uma região fronteira e conflituosa que remonta ao século XVI. A faixa territorial do Sudoeste era composta por terras devolutas próximas da República Argentina, o que fomentou, na década de 1940, a política varguista de ocupação colonial conhecida como “Marcha para o Oeste” (Zatta, 2016).

Com o Decreto Lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1943, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO. O objetivo era destinar as terras dessa região aos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No início, os habitantes não recebiam títulos de propriedade devido à pendência judicial sobre as terras - estavam *sub judice* - tornando-se meros posseiros (Zatta, 2016). Dessa forma, fica evidente que a região Sudoeste do Paraná foi colonizada por migrantes sulistas, predominantemente de origem europeia. Como observa Boneti (1998, p. 32): os “migrantes normalmente de origem europeia, imbuídos de uma racionalidade utilitarista, tinham como meta a acumulação e a consolidação da propriedade privada”. Deste tipo de colonização emergiram os traços trabalhistas da região. Veja-se que a região sudoeste tem na atividade agrícola sua principal marca, estacando-se pela forte presença de agricultores familiares e pela criação de aves de corte, suínos, bovinos, produção de leite e de ovos de galinha, conformando uma estrutura de produção de proteína animal, conjugada à presença do cultivo de grãos, majoritariamente, soja e milho (Governo do Paraná, 2009).

Nesse sentido, a região Sudoeste do Paraná é na sua grande parte baseada na agricultura, sendo a indústria assentada no ramo alimentício, seguido da madeira - com tendências incipientes de diversificação em atividades de maior sofisticação (Governo do Paraná, 2009). Numa perspectiva positiva, as características históricas de associativismo, principalmente relacionados às diversas formas de organização do meio rural, bem como a identidade regional fortalecida a partir dessa capacidade de organização, apresentam-se como subsídios importantes para que a região responda aos desafios impostos. Contudo, em uma perspectiva negativa, é possível vislumbrar dificuldades quanto ao aumento da monocultura de *commodities*, o acaba por enfraquecer as características associativistas,

concentrando a renda nas mãos de latifundiários e, conseqüentemente, diminuindo estabelecimentos da agricultura familiar, aspecto formador desta região.

Nessa toada, a estrutura social do Sudoeste do Paraná vai ao encontro do Acordo de Cooperação Técnica (UFFS, 2021a), objeto do estudo da presente pesquisa, uma vez que os *campi* consorciados apresentam características comuns e complementares que facilitam sua associação: todos se localizam em cidades de pequeno porte, em torno das quais orbitam um conjunto importante de municípios, tendo como setor estruturante de suas economias a atividade agrícola, especialmente aquela representada pela agricultura familiar; todos possuem perfis idênticos de estudantes ingressantes nos cursos; todos se encontram em região de fronteira; as cidades que abrigam a todos possuem indicadores socioeconômicos bastante semelhantes em termos de renda per capita, IDH, coeficiente de Gini etc. (UFFS, 2021c). Assim, esta proximidade geográfica e semelhança constituem-se em fatores preponderantes da indução desta iniciativa, por facilitar a implementação e a operacionalização de ações com vistas à maior integração de várias atividades acadêmicas e administrativas.

METODOLOGIA

A pesquisa categoriza-se como teórico-empírica, com uma abordagem teórica e um estudo de caso. A natureza da pesquisa é qualitativa, uma vez que busca compreender a influência do Acordo de Cooperação Técnica na criação e no desenvolvimento do Curso de Administração Pública através de uma análise detalhada e interpretativa dos dados coletados. O objetivo é descritivo, pois visa fornecer uma compreensão aprofundada do impacto do Acordo e suas implicações, sem a intenção de generalizar ou prever fenômenos. A pesquisa é, portanto, teórica e empírica, combinando análise de conceitos e dados reais para construir um panorama completo do contexto investigado.

O plano de geração de dados é estruturado em dois níveis: documentação indireta e documentação direta. A documentação indireta será composta por fontes bibliográficas e documentos institucionais, incluindo relatórios, acordos, e publicações relevantes que ajudam a contextualizar o Acordo de Cooperação Técnica e suas implicações para o Curso de Administração Pública. A documentação direta, que não está incluída neste artigo pois

encontra-se em produção, envolverá observações e entrevistas com gestores e docentes das instituições parceiras, e ainda membros da comunidade regional que participaram ativamente da criação do Curso. A combinação desses métodos garantirá uma coleta de dados rica e variada, permitindo uma análise mais completa do fenômeno investigado.

O método de abordagem adotado é o hipotético-dedutivo, começando com a formulação de hipóteses sobre o impacto do Acordo e testando essas hipóteses por meio da coleta e análise dos dados. Os métodos de procedimentos incluem a análise histórica e comparativa dos dados obtidos para identificar padrões e relações significativas. A análise e a interpretação dos dados serão realizadas com base nas teorias da Administração Pública e cooperação interinstitucional, permitindo uma compreensão aprofundada dos efeitos do Acordo. Esta abordagem metodológica assegura que a pesquisa seja robusta e ofereça insights valiosos sobre a eficácia do Acordo na criação e desenvolvimento do curso..

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Acontecimentos

O conceito de "acontecimentos" refere-se a eventos marcantes na história de um país ou grupo (Souza, 2004). No contexto do sucateamento da educação no final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, introduziu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Este programa visava expandir o ensino superior e aumentar a oferta de bolsas em instituições privadas. No segundo mandato de Lula, o Reuni ganhou força com recursos do Pré-sal para criar novas universidades e institutos federais, impulsionando a demanda por instituições públicas descentralizadas.

Na região sudoeste do Paraná, movimentos sociais como o MST e Via Campesina pressionaram pela criação de uma universidade pública para atender a uma região carente de instituições de ensino superior. Em resposta, foi criada a UFFS, inicialmente com quatro *campi*, mas Realeza foi incluída graças à atuação política do então Prefeito Eduardo Gaievski, ampliando a presença da universidade na região. A UFFS em Realeza foi criada em 15 de setembro de 2009, com cursos de Medicina Veterinária, Nutrição, Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Português/Espanhol. A universidade se destacou

por seu modelo inovador e foco na inclusão social através de políticas de cotas. No entanto, a proposta de moradia estudantil não foi concretizada, e os alunos enfrentam desafios como especulação imobiliária e resistência local.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 (UFFS, 2012) previu a expansão com novos cursos, incluindo Administração Pública e Pedagogia. No entanto, o corte de investimentos e o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff dificultaram a implementação desses cursos. Apesar dos desafios políticos e financeiros, a demanda regional e os esforços contínuos levaram à criação dos cursos de Administração Pública e Pedagogia, formalizados em 26 de fevereiro de 2021 e publicados em 1º de março de 2021.

A concretização dos cursos foi viabilizada pelo Acordo de Cooperação Técnica entre a UFFS e o IFPR (UFFS, 2021a), que facilitou a expansão da oferta de graduação e pós-graduação. Este acordo também promoveu a colaboração na infraestrutura e na produção de conhecimento. O Acordo responde às necessidades do Campus Realeza e ao Plano de Desenvolvimento Regional Integrado para o Sudoeste do Paraná (PDRI, 2019). Embora o cumprimento das metas do Acordo tenha enfrentado desafios, como a falta de professores e as particularidades das regiões interioranas, o Curso de Administração Pública já está em funcionamento. A criação do curso representa um avanço significativo na educação superior da região, atendendo à demanda local e contribuindo para o desenvolvimento regional. Em termos macroeconômicos, a criação do curso responde à necessidade de gestores capacitados na região sudoeste do Paraná, que enfrenta problemas de má gestão pública e corrupção. Com a administração pública sendo uma das principais atividades econômicas da região, a formação adequada é crucial para o desenvolvimento sustentável e eficiente.

Atores

Os atores em uma análise de conjuntura são definidos como aqueles que desempenham papéis significativos dentro de um contexto social, representando ideias, reivindicações, projetos ou denúncias (Souza, 2004). No contexto da criação do Curso de Administração Pública, os principais atores impactados pela demanda do curso incluem a comunidade regional como um todo, destacando-se órgãos públicos, organizações da sociedade civil, associações, cooperativas, gestores públicos e movimentos sociais, entre outros.

A oferta do curso visa atender a uma necessidade crucial de qualificação na gestão fiscal e administrativa, essencial para o desenvolvimento regional sustentável. Este curso contribuirá para o aprimoramento das práticas de gestão pública e para a capacitação de gestores públicos e membros de associações, cooperativas, sindicatos e outras entidades envolvidas. Assim, a implementação do curso não só responde a uma demanda local por maior competência na administração pública, mas também promove o equilíbrio e o ajuste das contas públicas, fundamentais para o progresso e a estabilidade econômica da região (UFFS, 2021c).

No processo que levou à criação do Curso de Administração Pública, é essencial destacar o papel fundamental da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná. Esta agência identificou a necessidade do curso no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado para o ciclo 2019-2029, reforçando a importância da graduação para atender às demandas regionais (PDRI, 2019). A UFFS, especialmente através do *Campus Realeza* sob a liderança do Diretor Professor Marcos Antônio Beal, o Conselho de Campus e outros envolvidos, foi crucial na concretização da expansão dos cursos de graduação (UFFS, 2014; UFFS 2021b). A atuação colaborativa com a comunidade regional ajudou a transformar a proposta em uma realidade tangível. O contexto desafiador da pandemia de COVID-19, com a escassez de recursos públicos, realça a relevância e a eficácia do Acordo de Cooperação Técnica entre o IFPR, *Campus Capanema* e a UFFS, *Campus Realeza*, demonstrando a resiliência e o compromisso das partes envolvidas em alcançar seus objetivos.

A criação da universidade e, conseqüentemente, do Curso de Administração Pública, também foi fortemente impulsionada pela mobilização dos movimentos sociais. Estes movimentos, especialmente aqueles voltados para a agricultura familiar, perceberam na administração do governo Lula uma oportunidade para promover a interiorização do ensino superior, uma área negligenciada nas políticas educacionais da época (UFFS, 2021c). A união desses movimentos sociais, com sua ênfase na inclusão social e na ampliação do acesso educacional, contribuiu significativamente para a proposta de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) com características adaptadas às necessidades regionais. O Curso de Administração Pública emergiu, então, não apenas como um projeto de expansão universitária, mas também como uma resposta às demandas

desses movimentos sociais, voltado para fortalecer a gestão pública no Sudoeste do Paraná e em áreas circunvizinhas (UFFS, 2021c).

Essa integração de esforços, desde o suporte institucional até a mobilização social, ilustra a complexidade e a importância do processo que levou à criação do Curso de Administração Pública. O curso se estabeleceu como um componente vital na formação de gestores públicos qualificados e na promoção do desenvolvimento regional, refletindo a colaboração entre instituições de ensino, órgãos de desenvolvimento regional e movimentos sociais comprometidos com a melhoria da administração pública e do acesso à educação na região (UFFS, 2021c).

Relações de forças

As relações de forças em uma análise de conjuntura abrangem não apenas a dimensão econômica, mas também a esfera política e social (Souza, 2004). No processo de criação do Curso de Administração Pública na UFFS, essas dinâmicas de influência foram evidentes. A gestão fiscal precária na região do Sudoeste do Paraná gerou uma demanda urgente por melhor formação em administração pública, estimulando a cooperação entre entidades regionais e a articulação entre os diferentes níveis administrativos. A mobilização eficaz dos interessados e o engajamento ativo na proposta foram determinantes para sua aprovação pelos conselhos, mesmo em um contexto de instabilidade nacional.

O fato de o Sudoeste do Paraná não dispor de um curso de Administração Pública até então reforçou a necessidade de iniciativas voltadas ao controle social e à capacitação regional. A combinação de esforços entre os agentes locais e as instituições envolvidas foi crucial para a realização do projeto. Essas relações de poder e colaboração permitiram que a proposta superasse obstáculos e se concretizasse, beneficiando diretamente os estudantes, professores e a comunidade regional.

Com a implementação do Curso de Administração Pública, espera-se que os efeitos positivos se estendam ao processo formativo, promovendo a redução das desigualdades sociais e a justiça social. O curso está comprometido em enfrentar os desafios vinculados à diversidade regional e cultural, oferecendo uma formação que visa fortalecer a gestão pública e melhorar a qualidade de vida na região (UFFS, 2021c).

Os impactos da criação do Curso de Administração Pública na UFFS sobre outras IES na região devem ser considerados. A introdução deste novo curso pode representar

uma concorrência adicional para as instituições já existentes, possivelmente afetando a demanda por suas graduações. No *Campus Realeza*, houve resistência interna à aprovação do novo curso devido à baixa procura pelos cursos já oferecidos, refletindo uma preocupação com a potencial competição por alunos.

Além disso, a aceitação da UFFS pela comunidade local de Realeza ainda enfrenta desafios. A percepção de que a universidade pode representar uma ameaça ou uma intromissão nos processos existentes tem sido um obstáculo. Esta resistência local é agravada pela falta de reconhecimento da importância da UFFS no município, o que pode impactar a colaboração entre a universidade e o poder público local. A dificuldade de acesso a parcerias e projetos conjuntos com entes públicos, como transporte universitário e iniciativas de extensão, é um exemplo das barreiras enfrentadas.

A sociedade do município de Realeza também apresenta uma resistência, com casos isolados de discriminação e aversão ao projeto institucional da UFFS. Essas atitudes podem estar relacionadas a fatores culturais e políticos locais. A integração da universidade à comunidade e a melhoria das relações com o poder local são desafios contínuos. A atuação dos futuros gestores formados pelo Curso de Administração Pública poderá desempenhar um papel significativo na superação desses obstáculos e na promoção de uma aceitação mais ampla da universidade na região.

Análise de cenários

Na análise de conjuntura, “[...] um cenário não é um meio para adivinhar um comportamento futuro. Apenas é descrito como um possível conjunto de condições futuras, o que não pressupõe certeza” (Ávila; Santos, 1988, p. 20). A criação do Curso de Administração Pública na UFFS, *campus* Realeza, emerge de uma demanda regional, refletindo a necessidade do campus de contribuir para o desenvolvimento do território e expandir sua oferta acadêmica. Este curso, essencial para o avanço da administração pública na região sudoeste do Paraná, tornou-se um ponto central na luta institucional do *campus*.

O sucesso da implementação do curso, apesar das dificuldades enfrentadas na relação com a sociedade e o poder local, ilustra a eficácia da união de esforços locais e regionais. O curso não apenas aproveitou o corpo docente existente, mas também beneficiou-se do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o IFPR e a UFFS,

possibilitando a abertura das primeiras turmas. Esse acordo e a colaboração entre as instituições foram cruciais para a concretização do curso, que visa a profissionalização da administração pública e o fortalecimento da gestão local.

Considerando cenários futuros, o Curso de Administração Pública pode seguir por diferentes caminhos. Em um cenário realista, a graduação tem potencial para se consolidar, com a continuidade e renovação do Acordo de Cooperação Técnica, ampliação gradual do corpo docente e aumento na oferta de vagas. Isso pode levar à formação de egressos bem qualificados que contribuirão para a administração pública local. Em um cenário otimista, a implementação de programas de pós-graduação, a consolidação dos Laboratórios de pesquisa e extensão do Curso - o Observatório de gestão municipal e do desenvolvimento regional do sudoeste do Paraná e a Incubadora de políticas públicas - e o fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão seriam possíveis, ampliando o impacto do curso. No entanto, um cenário pessimista pode envolver desafios significativos, como a falta de novos docentes, o término do Acordo de Cooperação Técnica, baixa procura discente ou a aprovação do Projeto de Lei Nº 4.505/2021, que pode reconfigurar a estrutura da UFFS e afetar a continuidade do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação do Curso de Administração Pública na UFFS, *Campus Realeza* é marcadamente bem-sucedido até o momento, especialmente com a significativa celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a UFFS e o IFPR. Contudo, é crucial reconhecer os desafios enfrentados ao longo deste percurso. Esta análise de conjuntura procurou retratar a trajetória de concepção do Curso, começando pelo contexto de criação da instituição e, mais especificamente, pela demanda territorial que motivou sua implementação.

As principais observações destacadas no estudo revelam as complexidades de estabelecer uma universidade em uma região interiorana, contrastando com as instituições situadas em grandes centros urbanos que operam com modelos tradicionais e elitizados. A análise também evidenciou a relevância dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, cuja mobilização foi fundamental para superar barreiras culturais e promover o

desenvolvimento regional no Sudoeste do Paraná. A luta desses grupos demonstrou a importância de uma abordagem mais inclusiva e adaptada às necessidades locais.

O Curso de Administração Pública, apesar das dificuldades, representa um avanço significativo na formação de profissionais comprometidos com valores como democracia, justiça social e pluralidade de pensamento. A proposta inicial de formar gestores capazes de atender às demandas públicas locais está sendo concretizada, com uma ênfase no desenvolvimento regional e na melhoria da gestão pública. Para o futuro, seria benéfico explorar novas pesquisas que investiguem a eficácia do curso na prática, os impactos a longo prazo na gestão pública local e a forma como a universidade pode ampliar sua integração com a comunidade. A contribuição desta investigação é clara: ela proporciona uma visão detalhada do processo de implementação de um curso relevante para a região e reforça a importância de instituições educacionais na promoção do desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Henrique de Azevedo; SANTOS, Márcio Peixoto de Siqueira. A utilização de cenários na formulação e análise de políticas para o setor público. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 17-33, out./dez.1988.

BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. *In*: ZARTH, Paulo. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 1998, p. 81-119.

GOVERNO DO PARANÁ. **Sudoeste Paranaense**: especificidades e diversidades. 2009. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

PDRI - Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Sudoeste do Paraná. Ciclo 2019-2029. Francisco Beltrão/PR: Agência do Desenvolvimento Regional, 2019. Disponível de: <https://agenciasudoeste.org.br/upload/downloads/pdri.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura social**. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

UFFS. **Acordo de Cooperação Técnica IFPR/UFFS**. 2021a. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/conscre/anexo1>. Acesso em 25 abr. 2024.

UFFS. **Conselho Universitário da UFFS aprova criação dos cursos de Pedagogia e Administração Pública para Realeza.** 02 mar. 2021. 2021b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/noticias/conselho-universitario-da-uffs-aprova-criacao-dos-cursos-de-pedagogia-e-administracao-publica-para-realeza#:~:text=O%20Campus%20Realeza%20da%20Universidade,%2FCONSUNI%2FUFFS%2F2021>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UFFS. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016.** 2012. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/planos-anteriores/arquivo. Acesso em: 25 abr. 2024.

UFFS. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.** 2019. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/planos-anteriores/pdi-2019-2023. Acesso em: 25 abr. 2024.

UFFS. **Plano Político do Curso (PPC) de Administração Pública.** 2021c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/administracao-publica/perfil-do-curso>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UFFS. **Propostas de expansão para o Campus Realeza são definidas em sessão de conselhos.** 22 set. 2014. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/noticias/propostas-de-expansao-para-o-campus-realeza-sao-definidas-em-sessao-de-conselhos>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e o mito do “vazio demográfico”. **Anais do XV Encontro Regional de História.** Curitiba: ANPUH Paraná, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1466125179_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhPR2016RonaldoZatta.pdf. Acesso em 27 abr. 2024.